
REVISÃO DE LITERATURA

Agroecologia como princípios na educação do campo

Elton Carlos Pereira Vieira de Alencar Teles^{1*}, Daniel Carvalho Leite²

Resumo: O presente estudo traz informações a partir de literaturas que relatam e descrevem a agroecologia como princípios na educação do campo. As informações aqui descritas abordam a origem da educação do campo, assim como sua relação direta com a agroecologia. A análise histórica relata que no Brasil, durante a década de 60 e 70, iniciou-se o processo de modernização da agricultura brasileira, conhecido como revolução verde. Essa revolução trouxe mudanças na forma de produção vegetal entre os agricultores, os quais passaram a utilizar modelos de agricultura excludentes e que modificavam seus valores culturais e sociais. Com a resistência ao agronegócio, surgiram os movimentos sociais e as experiências agroecológicas na educação do campo. Destaca-se como marco referencial em agroecologia em 2006, a constituição dos núcleos de agroecologia e de grupos de pesquisa em várias universidades e instituições de ensino superior, os quais favoreceram a criação de cursos de agroecologia. Esses cursos têm como público-alvo os assentados da reforma agrária e agricultores de base familiar que poderão fortalecer e dar identidade ao modelo de agricultura praticada pelo camponês. Como ferramenta metodológica para o desenvolvimento da educação no campo, revela-se os intercâmbios que são essências para interação entre discentes, docentes e agricultores familiares, de modo que o ensino e a aprendizagem sejam transmitidos entre todos os agentes participativos.

Palavras-chave: agricultura, sustentabilidade, didática

Agroecology as principles in field education

Abstract: The present study brings information from literature that describes and describes agroecology as principles in the education of the field. The information described here addresses the origin of rural education, as well as its direct relationship with agroecology. The history analysis reports that in Brazil, during the decade 60 and 70, the process of modernization of Brazilian agriculture, known as the Green Revolution. This revolution brought about changes in the form of crop production among farmers, who began to use exclusionary agricultural models and modified their cultural and social values. With resistance to agribusiness, social movements and agro-ecological experiences emerged in rural education. It stands out as a landmark in agroecology in 2006, the establishment of agroecology centers and research groups in various universities and higher education institutions, which favored the creation of agroecology courses. These courses have as target audience the agrarian reform settlers and family-based farmers who can strengthen and give identity to the model of agriculture practiced by the peasant. As a methodological tool for the development of education in the field, it is revealed the exchanges that are essential for interaction between students, teachers and family farmers, so that teaching and learning is transmitted among all the participatory agents.

Keywords: agriculture, sustainability, didactic

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 05/04/2018; aprovado em 30/06/2018

^{1*} Mestre em Engenharia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Av. Antônio C. Magalhães, 510 - Country Club, Juazeiro - BA, CEP 48902-300, Juazeiro, BA, Brasil. *e-mail: eltonteles@hotmail.com Autor para correspondência.

² Mestre em Extensão Rural, Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido, Articulação do Semiárido Brasileiro, Rua Nicaraguá, nº111, Espinheiro, CEP 52.020-190, Brasil. e-mail: carvalho.leite@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Durante a década de 60 e 70, a agricultura brasileira passou por mudanças exponenciais. Foram incorporados pacotes tecnológicos que promoveu uma transição da agricultura tradicional para uma agricultura tecnificada. Esse modelo de agricultura foi denominado de agronegócio, que tinham como objetivo principal, a expansão da produção de alimentos em todas as fronteiras agrícolas brasileiras e é vigente até os dias atuais.

Entretanto, o agronegócio também provocou mudanças significativas ao meio ambiente, a sociedade e a cultura dos agricultores e agricultoras. Se por um lado os agricultores careciam do conhecimento científico, por outro lado acabavam perdendo progressivamente o seu conhecimento tradicional, por estarem cada vez mais dependentes do modelo do agronegócio (ANDRIOLI, 2008).

Em oposição ao agronegócio surgiu a agroecologia na década de 1980 como resistência dos povos do campo e a esperança de libertação diante dos mecanismos do sistema capitalista, estabelecendo assim, um modelo de agricultura limpa e com vertentes socialmente justa (SILVA; MIRANDA, 2015).

A Agroecologia é um campo de conhecimento científico que apresenta enfoques das ciências naturais e sociais e surgiu como alternativa aos problemas dos sistemas de produção convencional e ao consumo de alimentos, valorizando, também, o conhecimento popular (PRATES JÚNIOR et al., 2016).

Além disso, a agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2009).

A partir da harmonização da didática no campo com os fundamentos agroecológicos, surge à educação do campo, que propõem o ensino do modelo de agricultura sustentável para o homem que vive no meio rural, como forma de valorizar a agricultura camponesa.

A agroecologia na educação do campo é estabelecida pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que surgiu para as famílias em assentamentos da reforma agrária a partir da segunda metade da década de 1990 e é realizada através de uma parceria entre o INCRA e instituições de ensino.

O PRONERA faz uma reflexão crítica ao ensino tradicional no interior das instituições públicas e/ou comunitária onde os cursos são realizados; também há uma contribuição muito

importante do PRONERA ao aproximar as instituições de ensino com o universo da reforma agrária (SANTOS; MICHELOTTI; SOUSA, 2010).

Uma das ferramentas de expansão da educação do campo com a agroecologia é a fusão de experiências agroecológicas, que tem como característica, os intercâmbios nas propriedades rurais. Para isso, os autores principais (camponeses), trocam experiências vividas em suas propriedades rurais com outros camponeses, professores e alunos de cursos de agroecologia.

As visitas de intercâmbio promovem trocas de saberes entre produtores, professores e alunos. Moreira et al. (2009) descreve que o intercâmbio agroecológico deve iniciar como apresentação do histórico da família visitada, seguida da caracterização geral da propriedade, caminhada nas áreas produtivas, troca de experiências e avaliação do intercâmbio.

A apresentação do histórico da família tem como objetivo contextualizar as vivências antes e após a agroecologia, a caracterização da propriedade permite uma visão espacial do ambiente de cultivo e a morada, a caminhada permite observar como efetivamente é realizado a produção agroecológica e suas características de cada propriedade, por fim, o encontro termina com reunião do grupo para troca de impressões e avaliação daquilo que foi vivenciado.

Diante desse contexto e pela importância da temática abordada, o objetivo desse trabalho de revisão foi analisar e descrever os princípios que envolvem a agroecologia na educação do campo.

DESENVOLVIMENTO

A educação do campo

A educação do campo surgiu pela mobilização e pressão de movimentos sociais por uma política educacional que respeitasse as identidades culturais dos camponeses, sem terras, quilombolas e indígenas (CALDART, 2008). De forma sucinta, esta surgiu pela crítica à realidade da educação brasileira, especialmente a realidade da educação voltada para o povo brasileiro que trabalha e vive no campo (CALDART, 2009).

Quanto ao conceito de educação do campo, em análise realizada, pode-se constatar que essa expressão ainda não apresenta concretizada. Tal fato pode estar relacionado a sua origem,

que foi principiada em lutas sociais, e não a política educacional, que são fundadas pelos poderes legislativos e executivos, o que não implica dizer que a educação do campo não seja algo concreto (SOUZA, 2017).

Devido às mudanças na forma de produzir alimentos pelos agricultores, surgiram definições sobre o que significa conhecimento rural e conhecimento do campo. Enquanto a primeira definição correlaciona ao agronegócio com base no capitalismo e nos conhecimentos externos, que não fossem oriundos do próprio camponês, a segunda defende um modelo de agricultura sustentável por meio de sujeitos (camponeses – camponeses) e as dimensões ambientais, sociais, política e cultural (MOLINA et al., 2009; FERNANDES, 2006).

De acordo com Caldart (2012), a educação do campo é um “fenômeno da atual realidade brasileira”, sendo considerada uma “categoria de análise” das práticas e políticas de educação de camponeses em seu território rural.

Para tanto, é necessário que a escola como difusor do conhecimento, tenha compreensão sobre a realidade local, a vida social e a conservação da cultura local para estabelecer uma educação do campo que efetivamente seja sustentável a comunidade onde vivem (SHULGIN, 2013). Desta forma, podemos enfatizar a importância da agroecologia como modelo sustentável para a educação do campo.

Educação do Campo e a Agroecologia

Nos últimos anos, os agricultores familiares, assentados e povos indígenas, por meio de suas organizações e movimentos sociais, reagiram contra a perspectiva hegemônica de difusão do conhecimento, experimentando e colocando em prática inúmeras iniciativas de educação, pesquisa e extensão com base nos princípios da agroecologia e preceitos da educação do campo (SOUSA, 2015).

Esse modelo de agricultura teve origem a partir da resistência e luta da sociedade camponesa ao agronegócio e as necessidades de uma agricultura que fosse sustentável e que respeitasse a identidade local de cada comunidade rural (SILVA; MIRANDA, 2015).

A agroecologia não é um conceito estático e mecânico, visto que ela se constitui na diversidade dos chamados movimentos sociais do campo e das florestas, nas ações práticas e formulações teóricas que estão em constante processo de transformação decorrentes da diversidade das características políticas, sociais e culturais de cada comunidade (PIRES, 2017).

Para Moreira (2003), o termo agroecologia tem sido utilizado amplamente associado à noção de agricultura sustentável ou referindo-se a determinadas práticas agrícolas relacionadas a modelos tecnológicos que se baseiam na diminuição de impactos ao meio ambiente, em que se constata uma polissemia em relação ao termo.

No âmbito dos movimentos sociais vinculados à via campestre, entretanto, o termo agroecologia engloba “o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional” (GUHUR; TONÁ, 2012).

Entre os anos de 1999 e 2002, houve inúmeros eventos importantes que promoveram reflexões sobre a construção do conhecimento agroecológico e, em 2002, foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), uma espécie de rede de redes, que envolve movimentos sociais, organizações não governamentais e organizações locais de camponeses em todo o Brasil (PADULA et al., 2013).

Neste contexto histórico também merece destaque o reconhecimento científico da agroecologia enquanto ciência, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que publicou em 2006 o Marco Referencial em Agroecologia onde foram fundados os núcleos e grupos de estudo e pesquisa em agroecologia nas universidades e instituições de ensino superior (MATRANGOLO, 2015).

Os núcleos de estudos em agroecologia promoveram a presença e participação dos diversos sujeitos como os agricultores, agricultoras, técnicos, técnicas e estudantes que tem em comum os conhecimentos por meio dos princípios e métodos agroecológicos (SOUZA et al. 2017).

Panorâmica de cursos de agroecologia no Brasil

Com o reconhecimento da Agroecologia como ciência pelo Ministério da Educação (MEC), surgiram diversos cursos de agroecologia e rapidamente foram incorporados nos institutos educacionais e universidades do país (SILVA; MIRANDA, 2015).

No Brasil, existem 160 cursos de Agroecologia, divididos em níveis técnicos, tecnológico, bacharelado e pós-graduação, com destaque para a região Nordeste, seguido da região Sul e Sudeste, como as maiores concentrações desses cursos, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição dos cursos de agroecologia entre as regiões Brasileiras e os respectivos graus ofertados

Regiões	Cursos de Agroecologia (Grau)			
	Técnico	Tecnológico	Bacharelado	Pós-Graduação
Norte	11	13	---	02
Nordeste	42	10	03	04
Centro-Oeste	06	02	---	02
Sul	27	04	01	04
Sudeste	22	01	02	04
Total	108	30	06	16

Fonte: Sistema e-MEC, 2018.

O público-alvo para esses cursos são filhos de agricultores de base familiar. Esse requisito torna a educação do campo fortalecida em meio às dificuldades de concretizar o modelo da agroecologia nas propriedades de base familiar, visto que esse modelo de agricultura é considerado sustentável para os camponeses (OLIVEIRA et al., 2017).

É importante destacar que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) também contribui para a educação do campo e para a Agroecologia, tendo o público-alvo, os assentados da reforma agrária. O programa é executado por meio de parcerias entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e instituições de ensino, sendo neste caso formado um convênio o termo de cooperação (SANTOS, 2008).

As instituições recebem apoio financeiro do INCRA para o desenvolvimento dos cursos nos diferentes níveis e são as responsáveis pela certificação dos educandos e educandas. Até 2010 essa estratégia tinha proporcionado o acesso à escolarização e à formação em todos os níveis a cerca de 400 mil jovens e adultos assentados, conforme afirmam Santos, Michelotti e Sousa (2010).

São oferecidos pelo PRONERA cursos técnicos em agroecologia, agropecuária e outros, com formação no ensino médio, técnico e superior. Ainda segundo esses autores, outra contribuição importante é que durante a realização dos cursos há uma aproximação das instituições de ensino que ministram os cursos do PRONERA com o universo da reforma agrária (AGUIAR, 2010).

Dessa forma, a educação do campo vem construindo as bases pedagógicas e operacionais da concepção de uma educação profissional em agroecologia, com ênfase: na crítica radical ao modelo de desenvolvimento hegemônico; valorização dos territórios e a

sabedoria dos povos do campo, bem como numa proposta de formação que consiga dialogar com a realidade do campo, não simplesmente procurando conhecê-la, mas também transformá-la (SOUSA, 2017).

Intercâmbios agroecológicos na educação do campo

Os intercâmbios agroecológicos são considerados essenciais no processo de transmissão e promoção das experiências cultivadas pelas famílias que praticam a agroecologia (SILVA; MIRANDA, 2015).

Para a realização dos intercâmbios agroecológicos é fundamental o respeito às famílias, independente da cultura, cor e gênero, bem como a valorização dos saberes agroecológicos, os quais são importantes para a troca de conhecimentos entre os demais interessados pela prática sustentáveis no campo (ZANELLI; SILVA, 2017).

Durante o I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), realizado em 2002, na UFRJ, foi desenvolvido a rearticulação nacional da agroecologia na sociedade brasileira (SILVA; MIRANDA, 2015). Luzzi (2007) afirma que o I ENA é considerado um marco importante no debate da agroecologia, não somente pela diversidade de atores envolvidos, mas também por colocar no centro do debate o agricultor e suas experiências concretas de promoção de uma agricultura sustentável e que valorizasse os conhecimentos do homem do campo.

Desta forma, o encontro permitiu que estas experiências se tornassem conhecidas entre o grande público que ali estavam presentes, principalmente os próprios agricultores que se encontravam praticamente isolados uns dos outros. Além disso, o evento abriu caminhos para o fortalecimento e intercâmbio entre os agricultores e suas organizações (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Outro ponto positivo do I ENA foi que a plenária final do evento aprovou uma carta política e decidiu pela criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um espaço de articulação entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil voltado para a promoção da agroecologia em várias regiões do Brasil.

Essas articulações buscam promover a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar e como parte de um novo modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira (ANA, 2007).

Além da ANA, foram criadas neste mesmo período diversas redes e articulações estaduais e regionais de promoção da agroecologia, ou seja, com exceção da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e da Rede Ecovida de Agroecologia, criada anos antes do ENA, várias organizações surgiram logo após este evento, com destaque para a ANA-Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico, Articulação Capixaba de Agroecologia, Articulação Mineira de Agroecologia, Rede Cerrado e ATER Nordeste. Destaca-se que todas as redes de agroecologia são vinculadas a ANA e algumas trabalham também com outras temáticas, conforme afirma Luzzi (2007).

Assim a realização de intercâmbios agroecológicos é de fundamental importância para a participação dos docentes e discentes os quais vivenciam as experiências das famílias agricultoras que atuam na dinâmica agroecológica. Tal como afirma Paulo Freire (1987), o qual toda prática educativa exige a presença de um indivíduo, onde há trocas de conhecimentos entre o que aprende e o que ensina.

Desta forma, os intercâmbios agroecológicos são praticados em conjunto entre todos os participantes, que favorece a formação de comunicação com aqueles que estão “experienciando” e reproduzindo as práticas e conhecimentos agroecológicos (ZANELLI, 2015).

O intercâmbio deve iniciar com a apresentação do histórico da família visitada, seguida da caracterização geral da propriedade, caminhadas, troca de experiências e avaliação (MOREIRA et al., 2009).

Já Silva e Miranda (2015) citam quatro estratégias metodológicas adotadas nos intercâmbios para construção e divulgação dos conhecimentos agroecológicos, tais como: os diagnósticos rápidos participativos, a caminhada transversal, círculos de cultura e história de vida. Estes dispositivos são direcionados pelos princípios da educação popular em seus princípios Freirianos e a metodologia Campesino a Campesino (CAC).

Segundo Sosa et al. (2011) o CAC é um tipo de metodologia que estabelece a cooperação, iniciando pelas carências das famílias agricultoras, o tipo de cultura e condições ambientais local. Por meio dessa iniciação é possível desenvolver ações estratégicas onde possam ser difundidos o reconhecimento e a socialização dos conhecimentos dessas famílias pela agroecologia local.

Neste caso, o CAC tem como princípio fundamental a aceitabilidade de uma família, a partir das práticas agroecológicas desenvolvidas por outra família, o qual obteve sucesso nas alternativas sugeridas por profissionais capacitados, como técnicos e/ou engenheiro agrônomo (SILVA; MIRANDA, 2015).

Outro modelo de práticas agroecológicas em intercâmbios são os círculos de cultura que sugere a troca de saberes e das experiências agroecológicas entre os camponeses, produzindo novos saberes e dialógicos para a promoção dos conhecimentos e das experiências em agroecologia (SILVA; MIRANDA, 2015).

Para a caminhada transversal, que também é definida como caminhada pela propriedade, tem como objetivo analisar todo o agroecossistema para induzir aos participantes do intercâmbio a promoção de descoberta, problematização, reflexão e solução (MIRANDA, 2014).

Moreira et al. (2009) destacam que na descrição da propriedade, é confeccionado um mapa local com o perfil da comunidade, bem como, os componentes que nelas integram, tais como, estrada, fonte hídrica etc. Esta metodologia permite que haja confrontos de ideias e experiências entre todos os participantes, seja, agricultores, professores e alunos.

Juntamente com a caminhada, vem a utilização da técnica da história oral nos intercâmbios agroecológicos e, neste caso, Silva e Miranda (2015) descrevem que esta metodologia objetiva resgatar a cultura local e valorizar a identidade familiar, bem como promover a socialização dessa família com todos os integrantes do intercâmbio agroecológico.

Geralmente, o início das atividades do intercâmbio ocorre com a apresentação da história de vida da família agricultora que está recebendo os participantes do intercâmbio em sua localidade.

Corroborando com este entendimento, Moreira et al. (2009) relatam que a apresentação do histórico da família tem como objetivo contextualizar as observações posteriores, tais como, a comparação dos sistemas atuais com tempo passados, revelando técnicas de manejo extintas, a estrutura familiar e disponibilidade de mão de obra.

Assim sendo, os intercâmbios agroecológicos se apresentam como uma ferramenta dinâmica que possibilita uma interação entre agricultores, professores, alunos e toda comunidade interessada na produção agroecológica (SILVA; MIRANDA, 2015). Além disso, há um diálogo de conhecimentos que mesmo diferentes, são acolhidos entre os participantes do intercâmbio, o que reforça o respeito à cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens apresentadas sobre a agroecologia como princípio na educação do campo, verifica-se que mesmo diante das mudanças na agricultura brasileira, com reivindicações sociais, é possível reestabelecer a agroecologia como ferramenta de valorização cultural e social para os agricultores da base familiar, assentados da reforma agrária, índios e quilombolas.

Como ferramenta para difusão da educação do campo e da agroecologia, é recomendável a aplicação didática dos intercâmbios, que constituem em experiência educativa que concretiza a difusão dos conhecimentos entre os camponeses, professores e alunos e são capazes de provocar uma consolidação e valorização dos conhecimentos do homem do campo a da agricultura sustentável. Porém, ainda é necessário reflexões sobre os desafios e perspectivas que poderão surgir nas articulações agroecológicas em razão das mudanças políticas e sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. V. A. Educação em agroecologia: que formação para sustentabilidade? **Agriculturas**, v. 7, n. 4, p. 4-6, dez. 2010.

ANDRIOLI, A. I. A dimensão educativa da agroecologia na agricultura familiar – Parte I. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 84, p. 1-4, 2008.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. **II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife, jun., 2006. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Cadernos-do-II-ENA-Uso-e-conserva%C3%A7%C3%A3o-da-Biodiversidade1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases na educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In.: SANTOS, C. A dos (Org.). **Campo. Políticas públicas: educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, v. 7 n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.59-67.

e-MEC. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 28 de fev. 2018.

FERREIRA, A. P. L.; MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Cienc. Cult. [online]**, v.69, n.2, p..38-43, 2017.

FERNANDES, B. M. MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: EMIR,¹⁰S; JINKINGS, I. (Org.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2006. p. 820-821.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 21, 184 p. (Col. O Mundo, Hoje).

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.59-67.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: Uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182 f. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro-RJ, 2007.

MATRANGOLO, W. J. R. Contextos da transição agroecológica na Embrapa. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.36, n.287, p.93-103, 2015.

MIRANDA, É. L. **Intercâmbios e diálogos entre educação do campo e agroecologia**. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2014.

MOLINA, M. C. Cultivando princípios, conceitos e práticas da educação do campo. Belo Horizonte: **Presença Pedagógica**, v. 15, p. 30-39, 2009.

MOREIRA, V. D. L.; BRENO, M.; DAYRELL, L. S.; CARNEIRO, J. J. Intercâmbios para troca de saberes – Fortalecendo a Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3212-3215, 2009.

OLIVEIRA, T. A. B.; COSTA, J. E.; MENDONÇA, L. C. U.; BATISTA, J. C. P. O Pronera e a luta por uma educação emancipatória nos assentamentos rurais. **Revista de Geografia Agrária**, v. 12, n. 26, p. 189-208, 2017.

PADULA, J.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; SOGLIO, F. K. D. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J.C.C.; ASSIS, W.S. (Orgs.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. p. 37-72.

PIRES, J. H. S. Caminhos Alternativos: a proposta dos Cursos Técnicos de Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná. **Org & Demo**, v. 18, n. 2, p. 23-44, 2017.

PRATES-JÚNIOR, P.; CUSTÓDIO, A. M.; GOMES, T. O. Agroecologia: reflexões teóricas e epistemológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 3, p. 246-258, 2016.

SOUSA, R. DA P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 28-33, 2017.

SANTOS, C.; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R. Educação do Campo, Agroecologia e protagonismo social: a experiência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). **Revista Agriculturas**. v.7, n.4, p. 7-11, 2010.

SANTOS, C. A. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: INCRA, 2008.

SHULGIN, V. N. **Rumo ao politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, L. H.; MIRANDA, E. L. Agroecologia e Educação do Campo na Zona da Mata Mineira. **Revista Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, p. 337-355, 2015.

SOSA, B. M.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. ANAP. 2011.

SOUZA, N. A.; FERREIRA, T.; CARDOSO, I. M.; OLIVEIRA, C. L.; AMÂNCIO, C.; DORNELAS, R. S.. Os Núcleos de Agroecologia: Caminhos e desafios Na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (Orgs.). Brasília: Ipea, 2017, p.53-87.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Revista Educação Social**, v. 38, n. 140, p.631-648, 2017.

SOUSA, R. P. **Educación profesional y sabidurías de los jóvenes campesinos en la Amazonía: una reflexión desde la agroecología política**. Tese (Doutorado) – Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2015.

ZANELLI, F. V.; SILVA, L. H. Intercâmbios agroecológicos: processos e práticas de construção da agroecologia e da Educação do Campo na zona da mata mineira. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 638-657, 2017.

ZANELLI, F. V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos**. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2015.